



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640164 - SP (2021/0013556-6)

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GUSTAVO DIAS CINTRA MAC CRACKEN - SP314818  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : EDVAN PESSOA DA SILVA (PRESO)  
**CORRÉU** : CARLOS ALBERTO BORGEM DE SOUZA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DESPACHO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de EDVAN PESSOA DA SILVA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1507164-73.2019.8.26.0228).

O paciente foi condenado às penas de 22 anos e 2 meses de reclusão no regime inicial fechado e de 245 dias-multa, com incurso no art. 157, § 2º, II, e 2ª-A, I, cumulado com art. 70, *caput*, e 329, *caput*, todos do Código Penal.

A impetrante insurge-se, em síntese, contra a negativa de aplicação do disposto no art. 68, parágrafo único, do Código Penal, na oportunidade em que fixada a pena pelas instâncias ordinárias.

Requer a concessão da ordem a fim de que seja aplicado o art. 68 do CP, com a incidência de uma única majorante (mais gravosa) à pena cominada ao paciente.

É, no essencial, o relatório.

Compulsando os autos, verifica-se que, apesar de o *nomem iuris* do writ especificar pedido liminar, não há qualquer fundamentação relativa à suposta medida de urgência nas razões e no pedido do presente habeas corpus.

Nesse sentido, solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência